

“POVOANDO O PRESENTE DE FANTASMAS”: FERIDAS HISTÓRICAS, PASSADOS PRESENTES E AS POLÍTICAS DO TEMPO DE UMA DISCIPLINA

Peopling the present with ghosts: historical wounds, present pasts and the politics of time of a discipline

Arthur Lima de Avila*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as políticas do tempo que possibilitaram a emergência da historiografia disciplinada, ainda no século XIX, e sua crise diante da “condição pós-colonial” contemporânea, como definida por Sandro Mezzadra e Federico Rahola, a partir de alguns exemplos específicos. Uma das conclusões aventadas é a de que o tempo histórico disciplinado, herança da modernidade, serviu para legitimar determinados processos de exclusão que acarretaram, por sua vez, certas feridas históricas. Tais mágoas reemergiram na atualidade em parte por causa do colapso do tempo vazio e homogêneo da modernidade e, com isso, ajudaram a embaralhar as fronteiras entre passado e presente, tornando-se, na acepção de Andreas Huyssen, “passados presentes” que demandam reparação e reconhecimento. Neste sentido, o artigo defende uma nova imaginação para as políticas do tempo que ordenam a disciplina, para que ela possa efetivamente colaborar neste processo.

Palavras-chave: feridas históricas; passados presentes; políticas do tempo.

Abstract: This article aims to discuss the politics of time that made possible the emergence of disciplined historiography, during the 19th century, and its crisis, given the the contemporary “postcolonial condition”, as defined by Sandro Mezzadra and Federico Rahola. One of its inferred conclusions is that disciplined historical time, a legacy of modernity, legitimated various exclusionary processes which, in turn, created certain historical wounds. Such injuries reemerged in actuality partly due to the collapse of that empty and homogeneous time of modernity and, with that, helped to blur the borders between past and present, becoming, in the words of Andreas Huyssen, “present pasts” that demand compensation and recognition. In this sense, the article defends a new imagination for the politics of time that order the discipline, so that it may contribute to this process.

Keywords: historical wounds; present pasts; politics of time.

[†] Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O autor agradece o convite dos editores para a publicação deste texto. Do mesmo modo, agradeço ao comentarista anônimo pelas observações pertinentes e pelas importantes indicações bibliográficas. Algumas de suas sugestões foram incorporadas ao texto, sem prejuízo, conteúdo, de seu argumento mais amplo. E-mail: arthurlavila@gmail.com

Sempre partimos da mesma afirmação: a crítica é um serviço público (RAMA, 2008, p. 68).

We are, perhaps, the lead weights of a fantastic clock, necessary to keep it in motion, to keep an ordered sense of history and time prevailing against chaos (PYNCHON, 2005, p. 251)

Introdução

Em 2004, foi fundado, em Buenos Aires, o Espaço de Memória e Direitos Humanos, na antiga Escola Superior da Marinha Argentina (ESMA), um dos principais campos de concentração da última (genocida) ditadura local. No novo espaço funcionariam uma série de instituições que buscavam preservar a memória daqueles vitimados pelo terror de Estado, proteger os direitos humanos como um valor universal e educar as atuais e futuras gerações para a necessidade de sua contínua defesa. Foi justamente por causa destas intenções, expressas pela própria administração⁴¹, que o Movimento Indígena Argentino tentou incorporar a Conquista do Deserto (1878-1885) ao recém-criado museu como sendo o ato fundador do terror estatal argentino. Na visão de seus representantes, as campanhas militares na Patagônia teriam inaugurado as práticas típicas daquilo que Osvaldo Bayer (2010) chamou de “crueldade argentina” como, por exemplo, o extermínio militar e a experiência concentracionária utilizadas no país durante o século XX (RUFER, 2010, p. 282-286).

Para a surpresa dos líderes do Movimento, esse pedido não foi só negado, como foi deslegitimado em suas bases políticas e intelectuais. O presidente da Academia de História argentina, Jorge Luiz Cresto, por exemplo, afirmou ser um “mito” o genocídio indígena durante a Conquista. Outros setores, ainda que simpáticos à causa indígena, estranharam e criticaram a tentativa do Movimento em integrar a Conquista do Deserto, um evento *passado*, às experiências da última ditadura, um acontecimento ainda *presente* na sociedade argentina. Tal demanda fora considerada *anacrônica* e, como já foi dito, acabou sendo recusada pelos administradores do Espaço (RUFER, 2010, p. 283).

Parece ficar claro, assim, que este episódio desvela uma determinada *organização política* do tempo histórico, isto é, um dado modo de se ordenar as relações entre passado, presente e futuro e manifesta o âmbito *performático* de nossas relações com ele. Enquanto alguns declaravam a passadidade de certos eventos, outros defendiam, de uma maneira ou outra, sua condição presente,

⁴¹ Esta exposição de motivos está no sítio do museu: <http://www.espaciomemoria.ar/> (acesso em 01/09/2016)

ainda que fantasmagórica. Temos aqui, portanto, um conflito entre diferentes imaginações sobre o tempo coexistentes em uma mesma sociedade, com suas consequências políticas mais específicas, incluindo aquelas que embasam e legitimam a própria historiografia disciplinada. Partindo destas considerações, é preciso se perguntar, assim, sobre quais são as políticas do tempo que nortearam a disciplina durante sua (ainda breve) história, suas implicações ideológicas e, por conseguinte, seu papel mais amplo no ordenamento deste regime temporal moderno que, do alto de sua pretensa naturalidade, pareceu ruir nas últimas décadas, quando vários passados fizeram-se cada vez mais presentes, para usar a já célebre formulação de Andreas Huyssen (2003).

Parte desta ruína, e este é o argumento deste texto, também deve-se à “condição pós-colonial” (MEZZADRA & RAHOLA, 2013) da atualidade e à consequente emergência de maneiras de se pensar o tempo histórico não necessariamente tributárias daquele “tempo imperial” que, como será visto, ajudou a organizar a disciplina quando de seu nascimento. Sobre isso, nos dizem Sandro Mezzadra e Federico Rahola (2013, p. 270):

Por este motivo, hablar de lo postcolonial es especificar el tiempo que llega problemáticamente «después» de las colonias, después de esa geografía no resuelta que surgió en Berlín en 1885; significa sacar a la luz la imposibilidad de esa trinchera formada sobre el papel, la aparición de ese territorio sobre el mapa, sin negar una sola gota de la sangre que se vertió y que se sigue vertiendo a causa de ese mapa. Al mismo tiempo, nos invita a reconsiderar la complejidad de un mundo que, gracias sobre todo a las luchas anticoloniales, se ha hecho verdaderamente uno y cuya unidad sigue estando atravesada por el espacio subversivo de diferencias, así como por una profunda desigualdad, por desequilibrios flagrantes y por una explotación incesante.

A condição pós-colonial nos confronta com um presente eivado de heranças do colonialismo ao mesmo tempo em que reconhece a ruptura produzida pelos processos de descolonização. Isso significa admitir, dentre outras coisas, que certos pretéritos considerados como efetivamente encerrados (o da escravidão ou da destruição dos diversos povos originários, por exemplo) são agora tomados, nos termos de Stuart Hall (2013, p. 120), como fundamentais, ainda que recalcados, para a emergência da própria modernidade. Consequentemente, se fazem, assim, “passados presentes” e produtores de uma desordem no regime temporal linear e progressivo da modernidade.

Diante desta conjuntura, não é de se estranhar as dificuldades que a atualidade coloca à disciplina, reconhecidas por uma série de autores⁴², na medida em que a estrutura temporal e

⁴² Como faltariam páginas para aqui elencar todas as litâneas dos últimos trinta anos sobre a “crise da história”, encaminharemos os leitores e leitoras à recente obra de François Hartog (2013), que resume magistralmente tais agravos, e a um dos trabalhos de Chris Lorenz (2010) sobre o assunto.

política que lhe deu origem e que ela mesma sustentou parece ter colapsado. Como continuar afirmando a separação “objetiva” entre passado e presente num contexto em que demandas passadas são constantemente reatualizadas? Como acreditar na centralidade do Estado-nação quando tais “comunidades imaginadas” não conseguem mais produzir imaginações efetivamente comuns aos seus cidadãos? Não estaríamos, finalmente, testemunhando a erosão, talvez irreversível, da ordem social que legitimou a historiografia disciplinada, estando ela fadada a fenecer neste novo regime de tempo?

Desesperos, mesmo que justificados, à parte, este ensaio tentará iluminar algumas destas questões, na tentativa de, no espírito daquele tipo de crítica historiográfica avalizada por Joan Scott (2007), desvelar o que não pode mais permanecer oculto para, a partir daí, imaginar genealogias outras para o presente.

Disciplinando o tempo: a escrita conquistadora

Walter Benjamin (2002, p. 249), em suas fundamentais teses sobre a história, nos confronta com aquilo que chamou de “tempo vazio e homogêneo” do historicismo oitocentista – uma temporalidade linear, cumulativa e irreversível, que arrastava a tudo e a todos em seu caminho. O corolário disto era a subsunção de múltiplos outros tempos a ele, com a conseguinte divisão não só entre aqueles que tinham história e aqueles que não a possuíam, mas entre os que estavam realizando-a e os que estavam forçados a esperar na “antessala da história”, para usar a apta expressão de Dipesh Chakrabarty (2000, p. 8). Tributário em parte da expansão imperial europeia, este “tempo vazio e homogêneo” se constituiu, portanto, em uma poderosa ferramenta ideológica a serviço dos diversos projetos coloniais que tomaram o globo de assalto durante aquilo que se pode, sempre de forma problemática, chamar de “modernidade”.⁴³ Apesar de suas diferenças, o conjunto

⁴³ Para Fredric Jameson (2002, p. 15-96), qualquer tentativa de se definir a “modernidade” está fadada de antemão ao fracasso, na medida em que tal conceito busca representar algo que foge às possibilidades mesmas de representação – como, pergunta o crítico norte-americano, fixar o sentido de algo tão fugidio e que parece adquirir novos contornos a cada tentativa de significá-lo? Por isso, para Jameson (2002, p. 40), modernidade é uma “categoria narrativa” que produz efeitos sociais concretos, como a obsessão pelo novo, a desvalorização do passado diante do futuro, a universalização da ideia de progresso (ou “desenvolvimento”), o domínio da razão instrumental e a progressiva mercantilização e comodificação de todos os aspectos da vida social. Contudo, tal qual a inversão dialética proposta por Jameson (2002, 112-113), a modernidade gera suas várias formas de colonialidade, ou seu lado obscuro – como conceitualizou Walter Mignolo (2012) em obra recente. Cada documento da civilização moderna é também, portanto, um documento de barbárie, para usar o conhecido aforismo de Benjamin (2002, p. 245).

de projetos imperiais/coloniais do Ocidente legitimaram a ocupação euro-americana do resto do globo através de marcadores *temporais*, isto é, do recurso a termos como “civilização”, “progresso”, “atraso” e “desenvolvimento”, com a marginalização e/ou o apagamento de outras formas de se conceber o passado em suas multifacetadas relações com o presente. Sob esta perspectiva, sendo a história um discurso moderno por excelência, qualquer consideração teórica sobre ela deve, assim, confrontar aquilo que Peter Osborne (1995, p. ix) chamou de as “*políticas do tempo histórico*”, isto é, a associação de determinadas temporalizações, explícitas ou implícitas, com certas epistemologias e práticas disciplinares, principalmente, que vinculam passado, presente e futuro na “dinâmica e excêntrica unidade de uma única visão histórica” (OSBORNE, 1995, p. ix).

Como já foi dito, a conquista do globo pelas potências coloniais, em diferentes momentos e com ritmos diversos, forçou esse tempo vazio e homogêneo ao conjunto daquilo que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, convencionou-se chamar de “humanidade” (OSBORNE, 1995, p. 13-14). Ainda assim, no mesmo momento em que se inventava mesmo a noção de uma humanidade universal, se encontravam instrumentos ideológicos para a distinção entre aqueles que eram “intrinsecamente” humanos e os que, por um motivo ou outro, não necessariamente eram contemplados pela “igualdade universal entre os homens” – não seria, por exemplo, o velho adágio hegeliano sobre os “povos sem história” uma maneira de se medir a humanidade de alguns em detrimento de outros (BUCK-MORSS, 2013, p. 127-135)?⁴⁴ Não seria a história, assim, um marcador de diferenças fundamentais entre o Ocidente euro-atlântico e o resto do planeta que, por sua vez, sustentava cada vez mais aquela identidade soberana ocidental? Se respondermos positivamente estas questões, pode-se pensar, a partir de Robert Young (2004), na história “universal” consolidada durante a “Era dos Impérios” como sendo aquela “mitologia branca” que ajudou a legitimar ideologicamente a dominação colonial e, como resultado, a fornecer uma *raison d’être* para as metrópoles globais; trocando em miúdos, tal “história universal”, como lembra Susan Buck-Morss (2013, p. 163), pode ser entendida como um dos principais “saberes identitários” do Ocidente:

Europa y la América colonizada por los europeos eran los agentes dominantes de la historia en los “tiempos modernos”, justificando así el proyecto colonizador como un desarrollo de

⁴⁴ Para Osborne (1995, p. 13-20), a modernidade cria, ao mesmo tempo, processos de homogeneização *do tempo* e *do espaço*, a partir do colonialismo, e de diferenciação dos grupos humanos *no mesmo tempo* e *espaços* agora tomados como homogêneos, criando, assim, a ótica que permite a afirmação de alguns estão atrasados em relação a outros; estes processos são, assim, inerentes às políticas do tempo modernas e fundamentais para ao assentamento da expansão capitalista e dominação colonial do globo.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

la Razón en el mundo. Occidente fue entonces nombrado como la vanguardia histórica para toda la humanidad que necesariamente progresaba hacia un final en común.

A historiografia disciplinada, ainda que desconfiada de filosofias da história explícitas, reformulou de modos diversos a cesura hegeliana entre grupos com e sem história, atribuindo à Europa (e, mais tarde, aos Estados Unidos e demais “*settler colonies*” europeias) o privilégio de estarem entre os primeiros, cabendo ao resto das populações do planeta a dúbia prerrogativa da segunda condição. Quando muito, os não-ocidentais eram relegados o tempo do “ainda não” que regulava politicamente a narração de suas histórias e dava sanção ideológica para os projetos colonialistas (CHAKRABARTY, 2000, p. 8). Neste sentido, como chamou à atenção o historiador indiano, existem semelhanças inegáveis entre a “insistência rankeana” no detalhe e o “discernimento de padrões históricos gerais” de determinadas filosofias da história europeias. Desta forma, para ele, o termo “historicismo” pode ser usado para se referir a esta dupla tradição herdada da Europa oitocentista (CHAKRABARTY, 2000, p. 22-23):

O historicismo nos diz que para compreendermos a natureza de qualquer coisa neste mundo devemos vê-la como uma entidade que se desenvolve historicamente, isto é, primeiro, como um todo único e individual – como uma forma de unidade em potencial, ao menos – e, em segundo lugar, como algo que se desenvolve através do tempo. O historicismo tipicamente pode permitir complexidades e “*zigzags*” neste desenvolvimento e não necessariamente implica em suposições de teleologia. Mas a ideia de desenvolvimento e a suposição de que uma certa quantidade tempo decorre durante o próprio processo de desenvolvimento são críticas para esta compreensão (CHAKRABARTY, 2000, p. 23).⁴⁵

Neste contexto, a História se constituiu como uma escrita conquistadora, para citar Michel de Certeau (2002, p. 9), tomando os corpos dos Outros para ali inscrever o querer ocidental. O planeta, neste processo, tornou-se um enorme palimpsesto, com as histórias locais sendo apagadas pelo desígnio global ocidental⁴⁶, agora pensado como o ponto de partida e chegada de *toda* a humanidade. Tomemos como exemplo boa parte das historiografias nacionais produzidas durante o século XIX e parte do XX: como lembram Hayden White (1987, p. 58-82) e Harry Harootunian (2013), elas, de uma maneira ou outra, apagaram e/ou silenciaram vozes e experiências que

⁴⁵ Historicism tells us that in order to understand the nature of anything in this world we must see it as an historically developing entity, that is, first, as an individual and unique whole—as some kind of unity at least in potentia—and, second, as something that develops over time. Historicism typically can allow for complexities and zigzags in this development; it seeks to find the general in the particular, and it does not entail any necessary assumptions of teleology. But the idea of development and the assumption that a certain amount of time elapses in the very process of development are critical to this understanding

⁴⁶ Tal formulação é de Walter Mignolo (2000).

desafiam a univocidade do tempo da nação; representaram atos bárbaros, como a destruição de povos originários ou dos “inimigos” da nação, em episódios gloriosos da construção do “ser” nacional; legitimaram o poder dominante como “natural”; e, enfim, justificaram a dominação imperial da maior parte do planeta como algo “historicamente” determinado pela inexorabilidade do progresso.

Desta forma, no julgamento de White (1973, p. 2), a supostamente aguçada consciência histórica do homem ocidental parecia estar umbilicalmente ligada à noção de sua pretensa superioridade, derivada da expansão imperial, e acabou por tornar-se a base teórica pela qual ele julgava tanto as civilizações que o antecederam no tempo, como aqueles que lhes eram contemporâneas e contíguas no espaço: “o historicismo afirmava assim o tempo histórica como uma medida de distância cultural (...) que era pensada como existente entre o Ocidente e o não-Ocidente” (CHAKRABARTY, 2000, p. 7).⁴⁷ A “distância” se tornava uma noção operacional fundamental para a historiografia, na medida em que postulava a diferenciação de relações *temporais* não só entre colonizados e colonizadores, mas entre “moderno” e o “não-moderno”, o “agora” e o “antes”.

É nesse sentido, portanto, que os historiadores confiaram, para usar as palavras de Siegfried Kracauer (1985, p. 38), na “mágica da cronologia” e, por conseguinte, nos artifícios da periodização histórica – formas de ordenamento político do tempo mascaradas de supostas naturalidade e neutralidade universais. Com a “encenação cronológica”, para usar as palavras de Certeau (2002, p. 98), o tempo vazio e homogêneo adquiriu, assim, densidade e representabilidade. A “cronologia” foi confundida, de forma não necessariamente inocente, com a *própria temporalidade histórica*, através daquilo que Kathleen Davis (2008, p. 20) chamou de um “mecanismo de exclusão epistemológica” (e política, diria eu) – ponto ao qual retornarei nas páginas seguintes. A cronologia confirmava a superioridade do “novo” diante do “antigo”, separados pelo abismo intransponível do tempo. O estabelecimento da noção de “eras históricas”, esse corte tão fundamental às nossas operações historiográficas, foi uma das decorrências da universalização de uma certa cronologia ao longo do século XIX. Como consequência, a heterogeneidade, como recentemente lembrou Stefan Tanaka (2016, p 161-162), dos diversos modos de se imaginar o tempo histórico foi forçosamente homogeneizada pelo “ordenamento taxonômico das coisas” efetuada pela mágica cronológica à

⁴⁷ Historicism thus posited historical time as a measure of the cultural distance (...) that was assumed to exist between the West and the non-West.

disposição dos historiadores. Destarte, a cronologia tornou-se uma tecnologia social de primeira importância na imposição de uma “mecânica ordeira da vida” que, em última instância, serviu, aos olhos de Tanaka (2016, p. 164), às necessidades últimas do estado-nação e do capitalismo – ambos dependentes da cronologia unilateral e linear para sua consolidação global.⁴⁸

Essa “disposição cronológica” acarretou, do mesmo modo, na periodização como uma forma de organização das relações entre passado e presente, “nós” e os “outros”. Se, como escreveu Osborne (1995, p. xii), a “modernidade é uma forma de tempo histórico que valoriza o novo como o produto de uma dinâmica temporal de autonegação”, a periodização efetuada é ela própria eivada de valorizações que, no entanto, nem sempre são explícitas. Certeau (2002, p. 15), com sua habitual perspicácia, percebeu como esta clivagem, o estabelecimento de uma distância, foi fundamental para a gestação da historiografia disciplinada:

Inicialmente, a historiografia separa seu presente do passado. Porém, repete sempre o mesmo gesto de dividir. Assim sendo, sua cronologia se compõe de “períodos” (...) entre os quais indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então. Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores.

Desta maneira, na análise de Davis (2008, p. 2-3), a periodização histórica quadripartite consagrada ao longo do século XIX e que em grande medida ainda sustenta nossos currículos escolares, dividia o tempo entre a “modernidade” e tudo que, de um modo ou de outro, havia ocorrido antes de sua emergência. Neste processo, sob a guarida de uma cronologia controlada pelo Ocidente como a medida do progresso humano, o “não-Ocidente” tornou-se, na acepção de Tanaka (2016, p. 168), aquele espelho contrário da modernidade ocidental: “o primitivo para o avançado”, o “contemporâneo para o não-contemporâneo”, o “Terceiro para o Primeiro Mundo”, com suas histórias enredadas de acordo com um tempo único e linear. Destarte, para os não-ocidentais (ou, no caso da América Latina, “mais ou menos ocidentais”), esta cronologia autorizou o historicismo como a narrativa da “eterna transição” (CHAKRABARTY, 2000, p. 41-42) ou daquela constante falha em tornarem-se ocidentais, logo, plenamente modernos; a história, portanto, daquilo que jamais poderemos ser, apesar de todos os nossos esforços, às vezes redobrados, em contrário. Afinal

⁴⁸ Ainda assim, como lembrou Harootunian (2013), tanto o estado-nação quanto a economia capitalista nunca conseguiram de fato submeter completamente todos os outros tempos que desafiavam suas supostas univocidades. Tais alteridades continuaram existindo, ainda que de forma fantasmagórica e tênue, sob o tempo triunfante da nação e do capital e seguidamente voltavam para perturbar a suposta estabilidade e ordem de seus regimes temporais.

de contas, como reconhece Jameson (2002, p. 8), o que é encorajado por esta perspectiva é “*a ilusão de que o Ocidente tem o que ninguém mais possui – mas que eles devem desejar para si mesmos. Esta coisa misteriosa pode ser chamada de ‘modernidade’ (...).*”⁴⁹

Em resumo, parte desta ilusão foi alimentada pelas políticas de tempo da historiografia disciplinada, com seu papel mais específico na postulação de diferenças não só entre o passado e o presente, mas entre aqueles que tinham história e os que não a possuíam. Neste sentido, até a emergência das “novas histórias” da segunda metade do século XX⁵⁰, a disciplina, mesmo que implicitamente, foi fundamental para a legitimação da ordem dominante, fosse por causa de sua naturalização do Estado-nação, fosse por sua crença no progresso capitalista como horizonte incontornável da humanidade (HAROOTUNIAN, 2013).

Feridas históricas: reconhecimento e anacronia

Ora, esta forma de ordenamento político do tempo histórico, parece ter entrado em colapso nas últimas décadas. Dentre outras coisas, a crise do estado-nação, menos como entidade política e mais como comunidade imaginada⁵¹, e a enormidade das catástrofes do século XX colocaram em questão vários dos pressupostos disciplinares e políticos, da historiografia profissional. As antigas certezas em relação à separação pretensamente objetiva e/ou natural entre passado e presente e à necessidade de se estudar o passado como um fim em si mesmo pareceram ruir diante da extensão da crueldade humana a limites talvez anteriormente inimagináveis, pela erosão das grandes narrativas herdadas do Iluminismo e, por consequência, do encolhimento dos horizontes de expectativa do próprio Ocidente.

Se, como vimos, o regime de tempo moderno era baseado na naturalização da separação entre passado e presente como esferas apartadas entre si, esta mesma naturalização é agora problematizada; como falar de um “passado que passou” diante da magnitude dos crimes contra a humanidade do último século, a *Shoah*, os gulags, o colonialismo e os genocídios étnicos diversos?

⁴⁹ The illusion that the West has something no one else possess – but which they ought to desire for themselves. This mysterious something can be called ‘modernity’ (...).

⁵⁰ Não há que se fetichizar a novidade das “novas histórias” surgidas na segunda metade do XX, principalmente. Sem duvidar de seus aportes fundamentais para a historiografia contemporânea, é preciso, contudo, lembrar que tanto a Nova História Social quanto a História Cultural mantiveram-se dentro dos parâmetros disciplinares e não questionaram de forma mais incisiva as políticas do tempo da historiografia. Sobre isso, ver PIHLAINEN, 2011.

⁵¹ Ver, sobre isso, as considerações de Maria Inés Mudrovcic (2014a; 2014b)

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Não seria isso uma ofensa à memória de suas vítimas e uma anistia a seus perpetradores? As demandas por justiça, verdade e reconhecimento, em suas mais diferentes formas, passavam, assim, pelo reordenamento das relações entre passado e presente, como especificou Aleida Assman:

Esta nova forte ênfase no passado de fato se tornou um sinal importante do tempo presente. O passado que foi abandonado e amplamente ignorado no regime de tempo moderno agora é recuperado como memória e transformado em patrimônio em um novo ordenamento cultural da temporalidade ocidental (ASSMAN, 2013, p. 52).⁵²

Há, contudo, um outro âmbito para este problema, como perceberam Dipesh Chakrabarty (2007), Sandro Mezzadra e Federico Rahola (2013): a descolonização do “não-Occidente” e a “condição pós-colonial” daí derivada. De certa forma, este processo envolveu a negação daquele “ainda não” típico do historicismo, na medida em que os colonizados tomaram, por assim dizer, a história em suas próprias mãos ao afirmar um retumbante “agora sim” diante dos impérios do globo. Da mesma maneira, na análise de Michael Rothberg (2009, p. 6), a atenção dada aos crimes nazistas e a barbárie que implementaram no coração da velha Europa suscitou o exame de outras atrocidades cometidas pelos europeus nas colônias – vários foram os intelectuais que atrelaram, deste modo, a possibilidade mesma do Holocausto às violências imperiais que o antecederam, como fez Aimé Cesaire (2000) em seu formidável discurso sobre o colonialismo. Aliás, a memorialização da *Shoah* ao longo das últimas décadas também possibilitou a emergência de outras demandas por reconhecimento e justiça que a usavam como fonte de inteligibilidade. Deste modo, as violências do colonialismo passaram a ser escrutinadas mais amplamente e passados antes considerados encerrados se reatualizaram no presente também como um efeito da descolonização (ROTHBERG, 2009, p. 1-29). Essa condição pós-colonial coloca, assim, algumas dificuldades substanciais às formas de imaginação histórica disciplinada, já que, conseqüentemente, uma de suas características fundamentais é a confusão dos limites entre passado e presente: “*en la medida en que este pasado se resiste a toda posibilidad de compensación en relación con las expectativas, se resiste obstinadamente a quedar relegado al pasado y puebla el presente de fantasmas*” (MEZZADRA & RAHOLA, 2013, p. 275).

⁵² This strong new emphasis on the past has indeed become an important signature of the present time. The past that had been disposed of and largely ignored in the modern time regime is recovered now as memory and refashioned as heritage in a new cultural ordering of Western temporality.

Neste sentido, como defender o Ocidente euro-atlântico como sendo o portador natural da história, com os outros povos interminavelmente aguardando em sua antessala, se em seu coração foram perpetrados horrores inimagináveis? Não seria a descolonização, para usarmos uma metáfora benjaminiana, a explosão de um determinado *continuum* histórico e a reafirmação de um outro tempo que não o imperial?⁵³ Não seria a irrupção destes novos atores e atrizes coletivos, antes tomados como *sem* ou *atrás* na história, uma ameaça aos fundamentos epistemológicos da disciplina histórica? Como ela, por fim, poderia lidar com as violências que agora exigiam reconhecimento e elaboração – violências que ela própria ajudou a silenciar ou, em alguns casos, a legitimar?

É nesta conjuntura que o problema das “feridas históricas” adquire urgência. Segundo Chakrabarty (2007, p. 77-79), tais “*historical wounds*” podem ser pensadas como uma combinação da história e da memória de injúrias e violências passadas que, por sua vez, sustentam demandas públicas por justiça e reconhecimento, especialmente por grupos submetidos a processos diversos de colonialismo externo e interno. Desta maneira, a própria ideia de uma “ferida histórica” confunde passado e presente, tornando o segundo habitado de pelos espectros do primeiro. Dentre estas máculas, pode-se mencionar todas aquelas desigualdades e injustiças resultantes de processos de colonização, de exclusão legal ou social e de subalternização que são imaginados como ainda operando na atualidade. Feridas históricas traduzem-se, assim, em passados presentes que, contudo, são reconhecidos menos pela “evidência” de sua ocorrência do que pelas experiências que comandam. Por isso, nas palavras do historiador indiano, este apelo à “experiência” complica a forma como historiadores e historiadoras disciplinados podem lidar com tais mágoas:

O apelo à ‘experiência’ presente de alguém como um guia para seu passado – um apelo inerente à política das feridas históricas – provou ser inaceitável para a maior parte dos historiadores que são, em seu conjunto, céticos quanto à ‘evidência da experiência’. A capacidade de assumir certa distância do passado tem sido central à ideia de ‘objetividade histórica’. A experiência colapsa essa distância (CHAKRABARTY, 2007, p. 81).⁵⁴

Ainda que tenham se mostrado simpáticos às causas por reconhecimento, certos setores da disciplina, como atesta o próprio Chakrabarty (2007, p. 83-85), continuam rarefeitos a pleitos que se

⁵³ Isto não impediu que algumas das novas nações não reproduzissem, internamente, a mesma lógica temporal e colonial da qual tentaram se libertar durante o período de descolonização, tal como demonstrado por Chakrabarty (2000, p. 149-179)

⁵⁴ The appeal to one’s present ‘experience’ as a guide to one’s past – an appeal built into the politics of historical wounds – has proven unacceptable to most historians who are, on the whole, skeptical about the ‘evidence of experience’. The capacity to assume a certain distance from the past has been central to the idea of ‘historical objectivity’. Experience collapses this distance

baseiam menos em noções disciplinares acerca da “objetividade histórica” e das “fontes primárias” do que em formas criativas de se lidar com o tempo histórico. Isto não significa que historiadoras e historiadores não possam contribuir para estas lutas por reconhecimento (a Austrália é um caso exemplar aqui)⁵⁵, mas sim que as regras disciplinares, devedoras como são de políticas do tempo bastante conservadoras, colocam limites àquilo que pode ser o papel da disciplina nos embates entorno de determinadas feridas históricas. A crença em uma separação “objetiva” entre passado e presente, ainda que em crise, e na “distância” necessária para a operação historiográfica ainda funciona para desarmar o engajamento disciplinar com outras formas de se relacionar o tempo antes de agora e a atualidade. Examinemos, assim, alguns exemplos.

Como vimos, o pleito para que a Conquista do Deserto fosse tomada como o ato inaugural do terror de Estado argentino não foi levado à sério por vários historiadores e historiadoras argentinos, mesmo que *simpatizassem* com a causa ameríndia. Sintomaticamente, contudo, Mario Barrio, líder do Movimento Indígena, comentou sobre as políticas do tempo que sustentavam as objeções à inclusão da Conquista no Espaço:

Queremos ser parte de la historia nacional. No de esos que mataron –aunque quedaron unos pocos como yo [se refiere irónicamente al hecho naturalizado (pero errado) de la desaparición total de la población indígena en Argentina]. Esa es su historia. Ahora tenemos cierto reconocimiento como “otras culturas” [Hace gestos de comillas]. Pero no nos reconocen historia. Nuestra cultura no produce documentos. Y si producimos algo, son otras cosas, como exóticas [...] Pero ahora usted dígame, ¿realmente cree que sus documentos son historias verdaderas sobre lo que pasó? ¿Realmente ustedes creen que su historia es real y que nosotros necesitamos más de lo que tenemos para contar la nuestra? [Ríe] [...] Pero claro, para decir que la Conquista fue un mito, eso vale. Y entonces la historia es la república, eso sí. Y ahora parece que podemos entrar con nuestros vestidos y nuestras cosas, pero sin hablar del saqueo de las tierras por ejemplo, eso sí es la historia de cómo nos dejaron sin nada, desde allá hasta ahora. Igualito (BARRIO apud RUFER, 2016, p. 283).

Na concepção de Barrio, o problema era justamente aquilo que a representação da Conquista como um genocídio implicava: reconhecer as raízes violentas do próprio Estado argentino moderno e, por consequência, revelar os cadáveres ocultos sob sua fundação. Sob este ângulo, o terror de Estado não fora uma exceção sangrenta à vida nacional, mas sua fonte original. Nas palavras de Rufer (2016, p. 285), assim, os discursos de Barrio e de outras lideranças revelaram como “la invención del tiempo homogéneo de la nación impide explicar la continuidad de los procesos de

⁵⁵ Sobre o papel dos historiadores e historiadoras do país em apoiar as demandas aborígenes por justiça e reparação, ver MACINTYRE & CLARK, 2004.

violencia entre colonia y nación, y borra una memoria posible a partir de la denegación de un relato que es experiencia temporal de sutura”.

A acusação de “anacronismo” contra as tentativas indígenas de vincular, ainda que de forma não necessária e geneticamente causal, as violências do século XIX com as da centúria seguinte servem, deste modo, para expor as políticas do tempo que ordenam uma dada maneira de se conceber a história da Argentina. Aliás, como o próprio Rufer (2016, p. 285-286) lembra, Jacques Rancière (2011, p. 21-50) há muito já denunciou que por trás de admoestações sobre o “anacronismo”, o suposto pecado mortal da disciplina, se esconde uma forma de coação social a partir da coerção temporal, ou seja, se limitam as maneiras como uma dada sociedade pode imaginar sua relação com o tempo antes de agora e o que pode ser dito sobre ele, criando-se certos códigos que, quando ultrapassados, deslegitimam determinadas representações. Com isso, a historiografia pode se afirmar como a definidora das formas “corretas” de se representar o passado em detrimento daquelas tomadas como “erradas”, “mitológicas”, “ideológicas” e, enfim, “anacrônicas”.

Desta maneira, a própria definição de algo como “anacrônico” serve como uma regulação das fronteiras entre passado e presente. Ainda assim, como o caso acima tratado exemplifica, como pode se operar em tal terreno quando nos são oferecidas não indagações acerca da *verdade factual* de algum episódio, mas do *reconhecimento* de uma dada experiência?⁵⁶ Refazendo a indagação: o que se fazer quando o problema não é a *veracidade* de uma dada representação, mas seu sentido *prático*, logo ético, no presente (WHITE, 2014)? A questão colocada não era a factualidade da Conquista, mas as formas com que os indígenas buscavam vinculá-la ao presente – o que, obviamente, não pode ser comprovado nem desaprovado com apelos às regras disciplinares, já que o que estava em jogo eram certas relações *temporais*, não *empíricas*, entre eventos diversos.

⁵⁶ Aqui, talvez alguns levantem aquele espectro que parece rondar a disciplina, o velho “relativismo”. Se o adjetivo “relativista” não necessariamente me incomoda, é preciso, contudo, lembrar que assumir tal posição não significa afirmar que todas as histórias têm o mesmo valor ou, atestado pelo próprio Chakrabarty (2007, p. 80), que a verdade factual não importa, pois é óbvio que uma mentira ou uma falsificação podem sempre ser tratadas como tais. A questão é outra: é afirmar que uma ou outra *vinculação temporal* entre determinados eventos está *factualmente* errada é algo que transcende a competência da disciplina. Como poderia ela, por exemplo, sustentar, para continuar com os exemplos utilizados no texto, que o vínculo estabelecido pelos indígenas argentinos entre as sevícias da Conquista do Deserto e do famigerado “Processo de Reorganização Nacional” está *factualmente* errôneo, na medida em que a questão era menos empírica (a existência destes acontecimentos, por óbvio, não era questionada) do que, digamos, “narrativa”, na medida em que envolvia uma imaginação *outra* para a história nacional argentina.

Este tipo de questão igualmente apareceu nos debates brasileiros sobre o passado escravista e as ações afirmativas no presente, bastante reveladores das políticas do tempo de nossa historiografia diante da ferida histórica da escravidão. De um lado, se perfilavam aqueles que condenavam a adoção de políticas de reparação com base no passado escravocrata, na medida em que ele ou estaria definitivamente superado (ou seja, apartado do presente) ou por recurso a dados empíricos que comprovariam a “artificialidade” de identidades atuais baseadas em algo como uma “descendência de escravos” (isto é, “experiência”). José Roberto Góes (2006), professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, considerou, *exempli gratia*, que, estando mortos os escravos do passado, não haveria possibilidade de redimir (isto é, reparar) suas experiências no presente, já que não existiria nenhuma relação entre eles e “grupos historicamente excluídos” – “indefiníveis”, segundo ele. Em outro texto, Góes (2004) perguntou, de forma incisiva “que responsabilidades têm os vivos pelas infâmias do passado?”. Para ele, fazer emergir as “dores e medo” do passado (feridas históricas!) era algo deletério e equivalente a construção de uma visão revanchista do mundo. O que passou, portanto, passou e estava para sempre apartado do presente.⁵⁷

De outro, estavam intelectuais, como Hebe Mattos e Martha Abreu, que enfatizavam a continuidade entre aquele passado e o presente, igualmente apelando para argumentos empíricos para comprovarem suas posições e, da mesma forma, a necessidade da adoção de medidas reparatórias referentes à chaga do cativo (ABREU, MATTOS & DANTAS, 2010, p. 21-37). O problema, contudo, deste segundo grupo (que, para todos os efeitos, possui a evidente simpatia deste autor) é que tentavam usar argumentos empíricos para provar o que estava além deles, isto é, a vinculação temporal que certos grupos faziam de sua atualidade com o passado da escravidão. Logo, uma vez mais, a questão dizia respeito a uma política do tempo e aos sentidos que o pretérito pode adquirir na atualidade, coisa que transcende nossas capacidades disciplinares, ao menos no modo como elas existem *hoje*.

Sob este ângulo, cabe perguntar: o que pode se ganhar com novas formas de cronologização que não necessariamente obedeçam à lógica do tempo vazio e homogêneo disciplinar? Não seria possível imaginar que os eventos têm outras durações que impedem sua simples consignação a um

⁵⁷ No mesmo espírito, Manolo Florentino (2013), decano nos estudos sobre escravidão no Brasil, afirmou, em entrevista, não existir qualquer passivo nacional em relação ao nosso passado escravista, restando apenas uma “lição” a ser demonstrada para o mundo. Qual será tal lição, diante do estrondoso número de jovens negros assassinados todo ano em nosso país, é algo que deveria ser esclarecido. Ver: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/manolo-florentino>. (acesso em 14.09.2016)

passado encerrado? Não poderia ser este exatamente o caso da Conquista do Deserto e da escravidão brasileira, passados presentes que desafiam a diacronia simples da história? Neste sentido, a *anacronia*, para usar o termo de Ranciére (2011, p. 44-49), seria uma maneira de revelar as formas como dada temporalidade aparece como política e, com isso, desnudar sua cumplicidade com formas de subalternização, exclusão e coerção social diversas. A partir disso, não seria o caso, então, de fazermos uma autocrítica sobre nossas formas de temporalização, isto é, nossas políticas do tempo? Talvez um ato radicalmente novo de ligação entre eventos aparentemente muito diversos possa expressar o poder excludente do tempo disciplinar e, com isso, abrir outras imaginações sobre o passado que (possivelmente) tenham um efeito minimamente inclusivo, permitindo historicizações do presente conscientes de seu poder performativo em relação ao tempo histórico.

No Brasil, para citarmos um último exemplo, poderíamos utilizar os embates acerca da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)⁵⁸ como um momento privilegiado para pensarmos sobre o fardo da divisão quadripartite do tempo para a disciplina e sua função eminentemente conservadora no que tange à imaginação histórica – função essa que fica clara em diversos ataques à Base, em que sua crítica ao modelo tradicional é tomada como um “assassinato da temporalidade” (MAGNOLI, 2015; VAINFAS, 2015; REDE, 2016). Mesmo Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação e simpático à Base, replicou este julgamento ao afirmar que “não havia sequência histórica” (cronologia linear?) ao documento e que seus organizadores “queriam partir do presente para ver o passado” – atos, portanto, *anacrônicos*. Esta crítica, embora de forma muito mais elegante e intelectualmente estimulante, também está presente na carta aberta da direção da Associação Nacional de História aos organizadores da BNCC, em que se condena a “despreocupação com a cronologia” e se afirma que o tempo é “categoria que confere identidade ao conhecimento histórico”. A primeira condenação expressa, evidentemente, aquela naturalização da cronologia linear com a temporalidade histórica mesma (uma invenção, como vimos, moderna) e a segunda afirmação, ainda que correta, oculta, contudo, que, além de identidade, o tempo (ou uma certa forma de conceber o tempo) politiza o conhecimento histórico ao vincular passado, presente e

⁵⁸ A Base Nacional Curricular Comum é uma proposta de currículos comuns às diversas áreas do ensino para as escolas de Ensino Fundamental e Médio no país. No que tange à História e as demais Humanidades, a base tem sido objeto de intensos debates desde, pelo menos, 2015, quando sua primeira versão foi divulgada ao público.

futuro de diferentes maneiras.⁵⁹ A questão, novamente, parece ser o conteúdo empírico da base e mais a política de tempo que lhe é peculiar.

Antes de ser um desígnio assassino levado a cabo por “pós-modernos” com tendências homicidas, como faz crer um professor da Universidade de São Paulo (REDE, 2016), a Base, para além de seus inúmeros problemas⁶⁰, pode oferecer formas de se imaginar o processo histórico que transcendam a simples linearidade temporal ou a busca por um assentamento fixo da história nacional na tradição maior desta invenção chamada “Ocidente”. Aliás, não seria a obsessão de alguns críticos em desmoralizar a Base como “uma história de grupos étnicos e culturais encaixados, pela força, na moldura das fronteiras políticas contemporâneas” (MAGNOLI, 2015) um signo mesmo da *fragilidade*, por um lado, e do *poder excludente*, por outro, desta mesma tradição, que continua a afirmar que, se muito insistirmos, chegaremos a ser plenamente modernos?⁶¹ Talvez, no fundo, isto revele a cumplicidade da violência simbólica de certas políticas do tempo com a violência, essa muito real, que continua a assassinar cotidianamente jovens destes (bem específicos) “grupos étnicos e culturais” Brasil afora.

Epílogo

Destarte, não me parece uma coincidência que as meditações teóricas mais recentes sobre os problemas da temporalidade histórica, das quais este texto é devedor, tenham ganho densidade a partir dos processos de descolonização dos últimos cinquenta anos, pois o (relativo) fim dos impérios coloniais, ancorados como estavam naquele tempo vazio e homogêneo, significou também a erosão, mesmo que não total, das noções de temporalidade herdadas do século XIX. Ainda que, politicamente falando, o historicismo continue ordenando alguns discursos e práticas políticas, às

⁵⁹Ver: <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/noticias-rj/item/3353-manifestacao-publica-da-anpuh-sobreabasenacional-comum-curricular> (acesso em 10.09.2016)

⁶⁰ Um bom compêndio das discussões sobre a Base pode ser encontrando em <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia> (acesso em 10.09.2016)

⁶¹ No momento em que escrevo isso, agosto de 2016, setores política e religiosamente arqui-conservadores, em aliança com o movimento “Escola sem Partido”, uma agremiação de caráter nitidamente autoritário, estão demandando uma reformulação da Base, tomada por eles como sendo “excessivamente ideológica”. Deste modo, se suas proposições de uma votação no Congresso Nacional sobre o conteúdo da Base se concretizarem, o resultado pode não ser só a afirmação de uma história marcadamente eurocêntrica, mas de uma narrativa excludente e legitimadora do violento *status quo* brasileiro, a ser ensinada em todas as escolas públicas do país. Nesse sentido, o velho adágio do escritor florentino, “ó, vós que aqui entraís, abandonai toda esperança”, talvez venha a ser bastante pertinente para a nova geração de nossos historiadores e historiadoras.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

vezes de forma verdadeiramente letal⁶², a crítica produzida nas últimas décadas demonstra a importância de reconhecermos outras formas de imaginação dos diversos passados que compõem a vida em nosso pálido ponto azul. Por outro lado, a indiferença ou mesmo hostilidade com as quais setores importantes da historiografia, à esquerda e à direita, receberam estas críticas, pejorativamente chamada de “pós-modernas” (essa grave ofensa!)⁶³, evidencia o quanto a historiografia disciplinada ainda não consegue se desvencilhar das heranças oitocentistas que caracterizam seu, digamos, “inconsciente político”⁶⁴ e que lhe deram sustentação ideológica por muito tempo. O temor de alguns grandes historiadores (*qua* Hobsbawm, por exemplo) diante das “ameaças” do novo tempo parece traduzir, assim, os medos mais amplos de que, com a erosão da ordem social que lhe deu legitimidade, a historiografia disciplinada possa fenecer. O que fazer agora, nesta nossa condição pós-colonial, em que passado e presente parecem coabitar o mesmo tempo e que as ilusões de um processo histórico “unitário e racional” parecem ter se esfumado de vez?

Um começo possível seria a admissão que existem múltiplas maneiras de se imaginar o tempo histórico e que nem sempre a historiografia disciplinada tem, ou deveria ter, ingerência sobre elas. Pretender coagir outros tempos à sincronia totalizante da disciplina pode, em vários momentos, a equivaler a um ato de violência simbólica que transforma a historiografia em cúmplice da ordem dominante e em *reificadora* de feridas históricas, mesmo que de forma involuntária. Se queremos representações do tempo antes de agora que possam ter um papel minimamente emancipador, devemos permitir e estimular os usos criativos do passado pelos seres humanos da atualidade, pois, caso contrário, estaríamos replicando, ainda que em diferentes formas, a lógica daquele historicismo oitocentista, com toda sua vacuidade e homogeneidade. Quando quiserem afirmar a continuidade especiosa, marquemos a diferença; quando almejarem a diferenciação espúria, afirmemos a semelhança. Uma historiografia realmente comprometida com a tolerância como valor fundamental deve ter isso como seu norte básico, especialmente nesses tempos de muros, arames farpados e de negação constante e reiterada da humanidade alheia (passados presentes?).

⁶² Enquanto componho estas linhas, indígenas continuam sendo mortos “em nome do progresso” no Brasil: desde 2003, já foram mais de oitocentos seres humanos originários assassinados no país, em geral por causa da ampliação da área de produção agropecuária e da necessidade do “progresso” da economia nacional. Pode se falar que a Conquista da América faz parte do já distante “período colonial”?

⁶³ Para um bom resumo da recepção do “giro linguístico” e de discussões afins, ver, para o Brasil, CEZAR, 2015. Para os debates mais amplos e as reações de historiadores e historiadoras proeminentes ao “pós-modernismo”, justas ou não, ver o excelente *reader* organizado por Keith Jenkins (1997).

⁶⁴ O termo é, obviamente, de Jameson (1992)

Em segundo lugar, tomando inspiração nas ideias de Michael Rothberg (2009, p. 27; p. 313), este posicionamento pode influir na emergência de histórias multidirecionais que desafiem ativamente o conservadorismo que afirma a naturalidade da ordem social vigente e paralisa a historicização do presente a partir do silenciamento de tudo aquilo que o coloque em questão. “Multidirecional”, na leitura que faço, significa mais do que a aceitação do pluralismo historiográfico inerente à nossa condição pós-colonial; implica igualmente na compreensão do *tempo histórico* como tendo várias direções, estando o presente eivado destas diferentes temporalidades – o que, por sua vez, sugere as inúmeras possibilidades que se abrem no aqui e agora. Devemos, afinal, estar dispostos e dispostas a ouvir os “ecos de vozes que emudeceram” (BENJAMIN, 2002, p. 242), para, quem sabe, antever novas imaginações para o hoje e, principalmente, para o porvir.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe & DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho, 2010. p. 21-37
- ASSMAN, Aleida. Transformations of the modern time regime. In: LORENZ, Chris & BEVERNAGE, Berber. *Breaking Up Time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. p. 39-56.
- BAYER, Osvaldo (org.). *Historia de la crueldad argentina*. Buenos Aires: Ediciones El Tugurio, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas*. Vol 1: magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.
- BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti y la Historia Universal*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CESAIRE, Aimé. *Discourse on Colonialism*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- CEZAR, Temístocles Américo Correia. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica. In: *História da Historiografia*, n. 17, abril, 2015. p. 440-461.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

___ History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 77-87.

DAVIS, Kathleen. *Periodization and Sovereignty: how ideas of feudalism and secularization govern the politics of time*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

GÓES, José Roberto. O racismo vira lei. In: http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos_jornais/JoseRobertoPintodeGoishtm.htm.

___ Os manifestos e a escrava Inês. In: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401318/noticia.htm?sequence=1>.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 110-140.

HAROOTUNIAN, Harry. Uneven Temporalities/Untimely Pasts: Hayden White and the question of temporal form. In: DORAN, Robert (org.). *Philosophy of History after Hayden White*. New York/London: Bloomsbury, 2013. p. 119-150.

HARTOG, François. *Creer en la Historia*. Santiago de Chile: Universidad Finis Terrae, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

HUYSEN, Andreas. *Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

JAMESON, Fredric. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

___ *A Singular Modernity*. London: Verso Books, 2002.

JENKINS, Keith (org.). *The Postmodern History Reader*. London: Routledge, 1997.

KRACAEUR, Siegfried. *History: the last things before the last*. New York: Oxford University Press, 1994.

LORENZ, Chris. Unstuck in Time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (org.). *Performing the Past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 67-102.

MACINTYRE, Stuart & CLARK, Anna. *The History Wars*. Melbourne University Publishing, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. História sem tempo. In: <http://oglobo.globo.com/opiniaohistoria-sem-tempo-17719022>.

MEZZADRA, Sandro & RAHOLA, Federico. La condición postcolonial. Unas notas sobre la cualidad del tiempo histórico en el presente global. In: MEZZADRA, Sandro et alli (org.). *Estudios Poscoloniales: ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. p. 261-278.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

_____. *The Dark Side of Modernity*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MUDROVICIC, Maria Inés. Time, history, and philosophy of history. In: *Journal of the Philosophy of History*, n. 8. 2014a, p. 1-26.

_____. About lost futures or the political heart of history. In: *Historiein*, vol. 14, n. 1. 2014b. p. 7-21.

OSBORNE, Peter. *The Politics of Time: modernity and avant-garde*. London: Verso, 1995.

PIHLAINEIN, Kalle. The end of oppositional history? In: *Rethinking History*, vol. 5, n. 4, 2011. p. 463-488.

PYNCHON, Thomas. *V. A novel*. New York: Harper Modern Classics, 2004.

RAMA, Angel. O serviço público do crítico. In: RAMA, Angel & ROCCA, Pablo (org.). *Literatura, Cultura e Sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 68-73.

RANCIERE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 21-50.

REDE, Marcelo. O assassinato da história. In: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/02/1744204-o-assassinato-da-historia.shtml>.

ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: rethinking the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

RUFER, Mario. *La Nación en Escenas: memorias públicas y usos del pasado en contextos poscoloniales*. Mexico: Colégio de Mexico, 2010.

_____. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. In: BIDASECA, Karina (org.). *Genealogías Críticas de la Colonialidad en América Latina, África, Oriente*. Buenos Aires: Clacso/Usam, 2016. p. 275-296.

SCOTT, Joan W. History-writing as critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 19-38.

TANAKA, Stefan. History without chronology. In: *Public Culture*, vol. 28, n. 78, 2016. p. 161-186.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

VAINFAS, Ronaldo. Nova face do autoritarismo. In: <http://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo-18225777>.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in the 19th century*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

_____. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

YOUNG, Robert. *White Mythologies: writing history and the West*. London: Routledge, 2004.